



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS POETA PINTO DO MONTEIRO  
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JULIANA BEZERRA DO NASCIMENTO**

**BODAS DE PRATA DO PLANO REAL: UMA ANÁLISE CRONOLÓGICA DAS  
DISTRORÇÕES INFLACIONÁRIAS EVIDENCIADAS NAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS (1994-2019)**

**MONTEIRO-PB  
2022**

JULIANA BEZERRA DO NASCIMENTO

BODAS DE PRATA DO PLANO REAL: UMA ANÁLISE CRONOLÓGICA DAS  
DISTRORÇÕES INFLACIONÁRIAS EVIDENCIADAS NAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS  
(1994-2019)

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Contábeis da Universidade Estadual da  
Paraíba, como Requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharelado em Ciências  
Contábeis.

**Área de concentração:** Economia

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>.Me Ilcleidene Pereira de Freitas

**MONTEIRO-PB  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244b Nascimento, Juliana Bezerra do.

Bodas de Prata do plano real [manuscrito] : uma análise cronológica das distorções inflacionárias evidenciadas nas demonstrações contábeis(1994-2019) / Juliana Bezerra do Nascimento. - 2022.

50 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Ilcleidene Pereira de Freitas ,  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Plano real. 2. Demonstrações contábeis . 3. Correção monetária. I. Título

21. ed. CDD 332.42

JULIANA BEZERRA DO NASCIMENTO

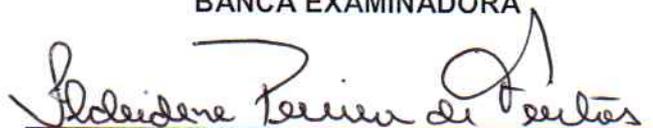
BODAS DE PRATA DO PLANO REAL: UMA ANÁLISE CRONOLÓGICA DAS  
DISTORÇÕES INFLACIONÁRIAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
(1994-2019)

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Contábeis da Universidade Estadual  
da Paraíba, como Requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharelado  
em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Economia

Aprovada em: 20/07/2022.

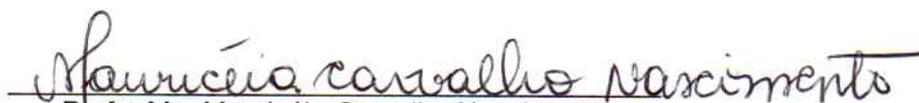
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Me Ilcleidene Pereira de Freitas  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Wilton Alexandre de Melo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Mauricéia Carvalho Nascimento  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Dedico primeiramente a Deus, a  
minha família, aos meus amigos.  
Enfim, a todos que contribuíram para  
esse momento.*

## AGRADECIMENTOS

Embora ainda não represente o fim desta fase da minha vida, tenho a certeza de que o esforço e o tempo dedicados a essa monografia representam o ápice de minha carreira acadêmica até o presente momento. Claro que o caminho percorrido até aqui foi repleto de obstáculos e assim será com o que ainda vem pela frente, mas considero a conclusão deste estudo uma conquista. Conquista essa que, como qualquer outra, eu não teria alcançado sem o apoio e o encorajamento daqueles que merecem meu sincero agradecimento e aos quais eu dedico esse trabalho e tudo que o mesmo representa.

Dedico essa vitória em minha vida aos meus pais Geneide e Manoel, exemplos de luta e humildade. Agradeço pelos incessantes esforços e dedicação para que eu chegasse até aqui. Não poderia esquecer também do meu filho Isaac Lohan, motivo pelo qual me dá forças de lutar todos os dias.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os professores que me acompanharam nessa jornada, mas, em especial, a minha Orientadora a Prof<sup>a</sup>. Me Ilcleidene Pereira de Freitas, que muito me auxiliou na execução deste trabalho e por todo o suporte e dedicação.

Aos meus amigos e colegas de Universidade pelo companheirismo e por sempre acreditaram em mim, aos meus familiares, pelo apoio. Enfim, a todos que me apoiaram nessa caminhada e contribuíram e me deram apoio o tempo todo para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Finalizo então, com a seguinte frase: "ninguém baterá tão forte quanto a vida. Porém, não se trata do quão forte você pode bater, se trata de quão forte pode ser atingido e continuar seguindo em frente. É assim que a vitória é conquistada" (Rocky Balboa).

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicações, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.  
(José Carlos Marion)

## RESUMO

Com a extinção da Correção Monetária em 1995, as empresas deixaram de reconhecer os efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis. Mesmo com a inflação em índices mais moderados, as informações publicadas apresentam distorções. Pretende-se então com esse trabalho analisar o impacto do plano real nas Demonstrações Contábeis depois da criação da moeda, isto é, de 1994 a 2019, quando o plano completou 25 anos de atuação. Para ilustrar esse impacto, fez uso de forma simplificada do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado de Exercício (DRE) da empresa AMBEV.SA. De acordo com os resultados, utilizando a Correção Monetária Integral, nos períodos de inflação, a empresa conseguia refletir suas demonstrações contábeis, bem como os resultados apurados de forma mais adequada, nesse sentido, observa-se que o não reconhecimento desse custo inflacionário camuflado nas demonstrações contábeis das empresas pode prejudicar sensivelmente os resultados encontrados em sua análise econômico-financeira. Ao final deste trabalho, conclui-se que, os resultados apurados apontam para que a inflação é percebida como presente na atualidade, afetando não só as organizações, mas o poder de compra da sociedade como um todo. As empresas tornam-se cada vez mais vulneráveis ao mercado e esse mesmo mercado exige que elas aprimorem suas ferramentas e seus capitais intelectuais, a fim de controlar os riscos causados pelos casos de contingências, sendo assim controlar esses riscos tornam-se fundamentais para uma tomada de decisão mais ágil.

Palavras-Chave: Plano real; Demonstrações Contábeis; Correção Monetária.

## **ABSTRACT**

With the extinction of the Monetary Correction in 1995, companies stopped recognizing the inflationary effects in the financial statements. Even with inflation at more moderate rates, the published information is distorted. The aim of this work is to analyze the impact of the plano real on the Financial Statements after the creation of the currency, that is, from 1994 to 2019, when the plan completed 25 years of operation. To illustrate this impact, he made use of the Balance Sheet (BP) and the Income Statement (DRE) of the company AMBEV.SA in a simplified form. According to the results, using the Integral Monetary Correction, in periods of inflation, the company was able to reflect its financial statements, as well as the results calculated in a more adequate way, in this sense, it is observed that the non-recognition of this inflationary cost camouflaged in the companies' financial statements can significantly impair the results found in their economic-financial analysis. At the end of this work, it is concluded that the results indicate that inflation is perceived as present today, affecting not only organizations, but the purchasing power of society as a whole. Companies become increasingly vulnerable to the market and this same market requires them to improve their tools and their intellectual capital in order to control the risks caused by contingencies, so controlling these risks becomes fundamental for a decision faster decision making.

Key words: Plano real; Accounting statements; Monetary Correction.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

BC	Banco Central
BCB	Banco Central do Brasil
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMI	Correção Monetária Integral
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPI	Consumer Price Index
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DRE	Demonstração do Resultado de Exercício
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FVG	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado
IPCA	Índice Nacional de Preços Ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
PAI	Programa de Ação Imediata
PL	Patrimônio Líquido
ROE	Return On Equity
UFIR	Unidade Fiscal de Referência
UMC	Unidade Monetária Contábil
URV	Unidade de Real Valor

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1 Plano real</b> .....	<b>14</b>
<b>2.2 Contabilidade</b> .....	<b>17</b>
2.2.1 Demonstrações Contábeis .....	21
<b>2.3 Estudos Anteriores</b> .....	<b>22</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>23</b>
<b>3.1 Classificação quanto aos objetivos</b> .....	<b>24</b>
<b>3.2 Classificação quanto à forma de abordagem do Problema</b> .....	<b>24</b>
<b>3.3 Classificação Quanto ao Método de Abordagem</b> .....	<b>24</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>26</b>
<b>4.1 Correção Monetária: Consequência da Inflação</b> .....	<b>26</b>
<b>4.2 A correção monetária na contabilidade</b> .....	<b>28</b>
<b>4.3 Efeitos do fim da correção monetária</b> .....	<b>35</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Inflação é um termo conhecido mundialmente e nos mais variados tipos de povos, culturas e, obviamente, economias. Sua definição mais básica tem dois tipos de abordagens distintas: enquanto alguns economistas fazem uso do termo para explicitar um aumento geral dos preços de um mercado, outros estudiosos referem-se a mesma como o movimento de expansão monetária da economia, ou seja, mais moeda disponível no mercado.

A hiperinflação assolou a população a anos, antes mesmo da criação da Unidade Real de Valor (URV) e a crise inflacionária de 1994. Os impactos da inflação refletiram diretamente na economia, na vida dos brasileiros e nas demonstrações contábeis. Ao mesmo tempo em que os bens e serviços se tornavam mais caros em função da elevação constante nos preços, a valorização da moeda nacional diminuía, ou seja, muito dinheiro disponível e poucos produtos e serviços à venda. Sabe-se que esta pode corroer o poder de compra do consumidor, impactando assim, tanto nas entradas quanto nas saídas de recursos das empresas.

Os primeiros anos da década de 90 ficaram marcados pelo desequilíbrio macroeconômico e a inflação registrava os maiores índices da história da economia brasileira. Existia uma esperança que se a inflação fosse controlada, todos os outros problemas econômicos do país seriam resolvidos, sendo assim a economia voltaria ao crescimento sustentável (FRANCO, 1998).

É interessante destacar que houve uma política bem sucedida de controle de preços, sendo esta a característica mais marcante da década, que proporcionou uma cisão com dois períodos bem distintos, pré e pós plano real. Esse período também ficou marcado pelas reformas orientadas para o mercado, especificamente as privatizações. O problema inflacionário no país não é um problema exclusivo da economia do Brasil, outros países enfrentam o mesmo problema, seja por motivos de guerras territoriais, pandemias ou até mesmo confrontos políticos (KUPFER, 2001).

A economia continua com muitas incertezas para o futuro de muitos brasileiros e a inflação volta a ser um dos assuntos mais comentados pela

população, pelos economistas e pela mídia. A omissão dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis podem gerar efeitos negativos, assim afetando a qualidade das informações por ela produzidas.

Pensar a respeito deste tema possibilita reconhecer o quanto a economia e a população de um país podem ser influenciadas e afetadas pela hiperinflação, que pode afetar não só empresas, mas toda a população, seja de forma direta ou indiretamente, principalmente, no que diz respeito a avaliação do crescimento da organização e seus respectivos lucros ou prejuízos.

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: dada a mudança do padrão monetário na economia brasileira no ano de 1994, mais precisamente em 1º de julho de 1994, qual foi, ou foram, as distorções que alteraram as Análises das Demonstrações Contábeis?

Pretende-se então com esse trabalho analisar o impacto do plano real nas Demonstrações Contábeis depois da criação da moeda, isto é, de 1994 a 2019, quando o plano completou 25 anos de atuação. Para isso, faremos uma revisão da literatura existente sobre o tema abordado.

No intuito de alcançar esse objetivo estabeleceu-se como objetivos específicos: 1) examinar a origem, natureza e processo da crise inflacionária; 2) verificar a volatilidade na economia perante uma crise de hiperinflação; e 3) compreender o papel da correção monetária nas atividades econômicas no reconhecimento das demonstrações contábeis.

Este trabalho busca propiciar uma reflexão quanto as distorções da inflação nas Demonstrações Contábeis, promovendo assim a oportunidade de explorar conceitos e correlacioná-los com a prática do dia-a-dia. Uma vez que a contribuição desse estudo será capaz de propiciar aos futuros contadores um entendimento objetivo e prático que auxilie na prática das distorções que a inflação descontrolada pode afetar nas demonstrações contábeis das empresas de pequeno, médio e grande porte.

O trabalho foi estruturado de modo que o leitor possa entender de forma simples sobre o tema em questão: apresenta-se uma introdução, onde nesta etapa, busca-se elaborar um plano facilitador de execução, ou seja, contextualização do tema, problemática, objetivo geral e específicos, assim como a justificativa para o desenvolvimento desse estudo.

Partindo do pressuposto de que toda pesquisa exige estudo, planejamento e execução, inicialmente, realizou um levantamento bibliográfico a respeito da temática estudada. Essa busca por informações relevantes sobre as distorções inflacionárias nas demonstrações contábeis, constitui a primeira fase do estudo: a revisão bibliográfica.

Por conseguinte, na revisão da literatura sobre inflação e correção monetária nas demonstrações contábeis após o plano real, vem a fase de identificação, que consiste na observação das referências da bibliografia selecionada, pois, pode selecionar os trabalhos mais afins. Este consiste na leitura e destaque dos itens mais importantes das obras estudadas. Na fase posterior, apresenta-se o detalhamento da metodologia para a pesquisa.

Finalmente, chega-se ao processo de análise e interpretação cuja função é estabelecer uma análise ao material de pesquisa, de modo que um filtro seja utilizado e apenas as principais informações sejam mantidas. Desse modo, separam-se as informações relevantes das irrelevantes. Por fim, apresentaremos as considerações finais, que serão seguidas pelas referências.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Este tópico tem por finalidade apresentar o plano real, a Contabilidade e as Demonstrações contábeis, sendo dividido em três partes. Na primeira, é apresentado o que é e como surgiu o plano real. Nos dois itens seguintes são analisados a importância da contabilidade e dos demonstrativos contábeis. Levando em consideração a imensa necessidade de fazer uma revisão bibliográfica a respeito do plano real e da contabilidade no papel da análise sobre as distorções trazidos pela alteração das Análises das Demonstrações Contábeis, neste tópico abordaremos este tema para que posteriormente façamos uma análise de dados acerca das Demonstrações Contábeis.

### **2.1 Plano real**

O principal acontecimento afetando a economia brasileira a partir dos anos 1990 foi, com certeza, a implantação do plano real em julho de 1994. Foi um período caracterizado por grandes transformações no âmbito econômico. A característica mais importante foi o controle de preços que consolidou o sucesso do plano real (KUPFER, 2001).

O plano real não foi apenas um plano de estabilização para controle da inflação, mas sim uma série de políticas adotadas com base nos interesses do sistema financeiro internacional e as frações do capital nacional. Para isso foram necessários algumas medidas, entre elas, cortar os gastos políticos e controlar o teto de gastos do governo. Anteriormente, foram adotados planos de estabilização por meio de valorização da moeda nacional para a abertura da economia, mas diante disso houve intensa desregulação comercial e financeira.

Para dos Santos e Lopreato (2016, p. 9) “o plano real se propôs a redesenhar o aparato institucional e a formar um regime fiscal que atendesse às demandas tanto do ideário neoliberal quanto dos pressupostos da teoria macroeconômica dominante, da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)”.

O plano real, neste sentido, consistiu em três fases diferentes e sucessivas para sua implantação, sendo: o ajuste fiscal, a criação da URV e a instituição de uma nova moeda (o real). A URV foi significativa para a transição das moedas, pois não deixou que os agentes econômicos sentissem de forma

rápida e com desconfiança a nova moeda, como ocorreu nos planos anteriores utilizando-se de congelamento de preços e salários. (CARVALHO, 1994)

Nessa época, a inflação do Brasil era dividida em três grupos de economistas, o primeiro era identificado como ortodoxo-monetarista. Esse grupo associava a inflação por parte da demanda, ocasionadas pelo déficit público da economia. O segundo grupo defendia o tratamento da inflação. Eles acreditavam que o choque de oferta e demanda a inflação persistiria devido a indexação, logo a inflação corrente seria determinada pela inflação passada. O terceiro grupo defendia a estrutura pós-keynesiano. Diferente dos outros grupos, estes defendiam que a inflação brasileira não era a “memória do passado”, mas sim “o medo do futuro” (FILGUEIRAS, 2006).

É possível afirmar que, do lançamento do plano até meados de 1997, a estratégia de juros elevados e câmbio valorizado "permitiu consolidar o processo de estabilização e contornar o problema do desequilíbrio externo mediante a atração de capitais estrangeiros" (GUARDIA, 2004, p. 110-111).

O plano real implantado em julho de 1994 logo de início conseguiu resolver as duas causas fundamentais da inflação brasileira (crise fiscal e inércia inflacionária) e incluiu uma coordenação prévia dos preços através da URV. Conseguiu-se neutralizar as defasagens de preços que caracterizaram a inflação inercial, identificando corretamente as causas da inflação e combatendo o foco principal do problema, sendo elas os elevados e persistentes déficits públicos (ABREU; WERNECK, 2014).

Logo após a implementação da moeda, pesquisas realizadas em todo o país pela NIELSON SERVIÇOS DE MARKETING, revelaram que para os meses de outubro/novembro de 1994, as vendas físicas dos supermercados cresceram 30% comparadas ao mesmo período de dois anos atrás. O destaque maior foi no crescimento expressivo no comércio de perecíveis, como por exemplo os iogurtes, leite e carnes congeladas. Em 1994 esses mesmos produtos situaram-se 47% acima do patamar de dois anos atrás. (JUNQUEIRA, 1995)

O plano real trouxe uma proposta menos imediatista, tratando primeiro a causa (inflação) e, depois, os efeitos do aumento dos preços (FRANCO, 1998). Em 1993 o governo freou a impressão de dinheiro, reduziu gastos, vendeu empresas públicas e aumentou impostos para elevar a receita. Os resultados

dessas mudanças apareceram entre 1993 e 1994, onde a arrecadação aumentou em 25%.

O plano real pode ser dividido em três etapas distintas, primeiramente há o ajuste fiscal com o estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, tendo como objetivo eliminar o déficit público primário; em seguida, criação Real de valor, a fim de estabelecer um padrão estável de valor; e por fim, a criação e emissão de uma nova moeda nacional com poder aquisitivo estável, que se denominaria “Real”.

A primeira etapa do plano real foi lançada no dia 14 de Junho de 1993. O Programa de Ação Imediata, denominada (PAI) já demonstrava as diretrizes governamentais em relação à política econômica. Depois de diversas tentativas de estabilização econômica fracassadas sem uma política fiscal eficiente, o plano real enfatizou a necessidade da implementação de um ajuste fiscal a fim de obter um controle inflacionário bem sucedido (PACIEVITCH, s.d).

Segundo a autora citada, o Programa de Ação Imediata apontou as seguintes necessidades e ajustes:

- a) Ajustes nos Bancos Estaduais – em alguns casos, através da intervenção do Banco Central, buscando cortes de gastos e punindo irregularidades com a Lei do Colarinho Branco;
- b) Austeridade no relacionamento com Estados e Municípios – através do corte de repasses inconstitucionais, forçando Estados e Municípios a equilibrarem seus gastos através de cortes;
- c) Corte de gastos públicos – de aproximadamente 6 bilhões de dólares no orçamento de 1993, em todos os ministérios;
- d) Privatizações - De empresas dos setores siderúrgicos, petroquímico e de fertilizantes, por entender que as empresas públicas estarem reféns de interesses corporativos, políticos e econômicos;
- e) Recuperação da Receita – através do combate a evasão fiscal, inclusive das grandes empresas;
- f) Redefinição das funções dos Bancos Federais – buscando o enxugamento da estrutura, evitar a concorrência recíproca e predatória, e punir irregularidades através da Lei do Colarinho Branco.

A segunda etapa do Plano, a criação da URV ocorreu em 27 de maio de 1994, inicialmente convertendo os salários e os benefícios previdenciários,

promovendo a neutralidade distributiva. No dia 30 de junho de 1994, foi editada a Medida Provisória que implementou a nova moeda, o Real. Essa era a terceira fase do plano. Todo o programa tinha como base as políticas cambial e monetária. A política monetária foi utilizada como instrumento de controle dos meios de pagamentos (saldo da balança comercial, de capital e de serviços), enquanto a política cambial regulou as relações comerciais do país com os demais países do mundo (PACIEVITCH, s.d).

Embora o ajuste fiscal não tenha sido tão efetivo quanto esperado, o maior controle das contas públicas deu a base de sustentação para as outras etapas de execução do plano. O período de transição da URV foi crucial para a eliminação da memória inflacionária e para o surgimento de uma moeda livre de inflação. Além disso, a transparência atribuiu credibilidade e comprometimento voluntário da população para com a reforma monetária que se apresentava.

Para Corrêa (2014, p. 49) “por fim, os esforços de tornar o Real crível via âncora nominal permitiram a estabilização sem a perda de identidade ou sem maiores traumas para a economia”. Na primeira fase do plano real o governo da época se preocupou em criar as condições fiscais mais adequadas, através da busca do equilíbrio orçamentário da União. Acreditava-se que o ajuste das contas públicas era precondição para que o novo plano de estabilização tivesse sucesso.

O plano real foi bem sucedido mesmo com todas as adversidades, a população desacreditada, a economia desenfreada e por tudo que o período apresentava. Dessa forma, tudo que foi discutido e feito na época de sua formulação e adoção é a razão do cenário tranquilo e da inflação controlada por vários anos desde a circulação da URV.

Diante das políticas adotadas pelo plano real, a contabilidade e principalmente a análise das demonstrações contábeis vão passar por ajustes após as mudanças econômicas serem revistas e modificadas.

## **2.2 Contabilidade**

De modo objetivo, a contabilidade é um sistema de avaliação e informação que destina a prover seus usuários com demonstrações e análises

de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Além disso, é preciso destacar que serve como instrumento gerencial, que fornece informações através de análise das demonstrações aos administradores, acionistas e investidores. Isso permite saber sobre a situação econômica e financeira das entidades, facilitando a tomada de decisão (IUDÍCIBUS et al, 2006).

Ainda sobre a contabilidade, Paulo e Martins ressaltam que:

A contabilidade como ciência social evoluiu com o intuito de atender às necessidades dos diferentes usuários, uma vez que “com o crescimento da dimensão e da complexidade das atividades empresariais, as necessidades de informações por parte dos administradores e dos demais usuários da Contabilidade tornam-se cada vez mais distintas (PAULO; MARTINS, 2007, p. 2).

Marion (2003, p.23), enfatiza que “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões.” A demonstração contábil consiste em técnicas que permitem a comparação e a interpretação dos demonstrativos da empresa, podendo apresentar informações úteis nas transações realizadas.

Nesse sentido, é necessário que se tenha um conhecimento da empresa, pois os dados são sequências variáveis. Para que o analista consiga interpretá-las é preciso observá-las à luz das políticas da empresa, ou seja, analisar essa variável de acordo com o letrado da organização.

Para Muller (2012), a contabilidade é o que garante o funcionamento financeiro do negócio e ainda garante que os impostos da empresa estão sendo pagos em dia. Essa ciência teórica e social está baseada nos estudos de métodos e cálculos, além do registro da movimentação financeira de uma empresa ou órgão.

Na prática, a contabilidade auxilia no controle de patrimônio das empresas, realizando registros contábeis ao longo da história do negócio, a partir de demonstrações de resultados do que foi produzido. A contabilidade tem um papel muito importante nas empresas, pois é responsável por cuidar das finanças e acompanhar o cumprimento das leis e tributações, contudo uma boa contabilidade é capaz de medir os resultados da empresa, avaliar seu

desempenho e, com base nessas informações, definir diretrizes que vão nortear a tomada de decisões nas empresas.

A Resolução nº 774, de 1994, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), define contabilidade como sendo:

A resolução alicerça-se na premissa de que a contabilidade é uma ciência social com plena fundamentação epistemológica. Por consequência, todas as demais classificações – método, conjunto de procedimentos, técnicas, sistema, arte, para citarmos as mais correntes – referem-se a simples facetas ou aspectos da contabilidade, usualmente concernentes à sua aplicação prática, na solução de questões concretas.

Na Contabilidade, o objeto é sempre o PATRIMÔNIO de uma Entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro.

Sodré (apud Kilian, 2010) destaca que o conhecimento para a interpretação dos dados gerados por meio da aplicação contábil, certamente, será um diferencial durante a tomada de decisões pela empresa. Durante muito tempo a contabilidade serviu somente para registra e controlar o patrimônio das empresas, tratava exclusivamente das contas patrimoniais ativos, passivo, patrimônio líquido, era dessa forma que mediam a riqueza patrimonial de uma entidade. Com os grandes avanços e a evolução da contabilidade, seus instrumentos foram aprimorados com intuito de fornecer informações necessárias a possibilitar a tomada de decisões.

Segundo Oliveira *et al.* (2007) a contabilidade nas últimas décadas ganhou espaço no campo da economia, como da administração e também na área jurídica, a atuação do profissional diversificou. A década de 90 foi um salto para os escritórios contábeis. Antes a imagem do contador era vista como um guarda livros, porém hoje ele é especializado em assuntos da economia internacional, pois é exigido desse profissional uma visão geral diante dos negócios empresariais.

Os procedimentos que eram utilizados no passado são diferentes se comparados com os atuais, a contabilidade era realizadas como mero registro

de transações, não existia a tecnologia da informação, nem um ambiente competitivo, hoje ela é vista como um mercado competitivo que para o profissional manter-se nele o mesmo precisa acompanhar as necessidades atuais do ambiente globalizado. Hoje os contadores são muito mais ativos e participativos nos processos financeiros e legais dos clientes, a profissão evoluiu muito durante todos esses anos.

Para Passos (2010) mesmo que algumas poucas empresas não utilizem integralmente os serviços de contabilidade e as informações oferecidas nas demonstrações contábeis, perdendo espaço muitas vezes por deixar de tomar decisões importantes no controle, custos, investimentos e planejamento de sua empresa, o que torna o contador parte da empresa de certa maneira, sendo essencial em todos os processos decisivos. Todas as empresas tem uma série de obrigações fiscais e contábeis a cumprir que em dado momento vão requerer um contador.

A principal utilidade da contabilidade é demonstrar a situação financeira e patrimonial de uma empresa em um determinado período. Ele é considerado uma das demonstrações mais importantes que a contabilidade fornece à gestão e administração de uma empresa. A lista desses documentos obrigatórios é bastante extensa e exige do setor responsável bastante organização e transparência em seu trabalho.

As demonstrações contábeis de empresas são compostas por: Balanço Patrimonial, Esse documento mostra o cenário atual financeiro da companhia. Trata-se de um panorama visual que apresenta todo o patrimônio que a empresa possui, sejam bens ou dinheiro em caixa, por exemplo. Ou seja, é um item essencial das demonstrações contábeis; Demonstração do Resultado do Exercício, já é um balanço financeiro mais completo, além de ser uma ferramenta simples de ser compreendida nas demonstrações contábeis; Demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstra quais foram as mudanças no patrimônio líquido da empresa, ou seja, o quanto a empresa ganhou ou perdeu de bens durante o período escolhido; Demonstração do valor adicionado, É o documento que compila todo o valor monetário conquistado pela empresa durante o período das demonstrações contábeis. É a ferramenta que vai incluir como foram conquistados os lucros da empresa e como foram utilizados naquele exercício específico; A demonstração do

resultado abrangente, é utilizada para a evidenciação das receitas, despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido da empresa. No entanto, o objetivo da demonstração de resultados é abordar os pontos que não são reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício; Notas explicativas, são explicações sobre os números e dados apresentados em cada ferramenta. Existe na lei as informações básicas das notas explicativas, mas espera-se que a área financeira esclareça o que os documentos não esclareceram por si só.

### **2.2.1. Demonstrações Contábeis**

Conforme Assaf Neto (2012) a análise das demonstrações contábeis, visa extrair informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma pesquisa com base nas informações fornecidas pelas organizações. Sendo assim, oferece um real diagnóstico sobre a situação financeira de uma organização geradas pelos relatórios da contabilidade.

Na mesma linha de raciocínio, “a análise serve para avaliar decisões que foram tomadas em épocas passadas, bem como fornecer subsídios para o planejamento financeiro visando o futuro” (KUHN; LAMPERT, 2012. p. 11).

Para Neves e Vicenconti (1998), a análise das demonstrações contábeis é o estudo da situação da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, objetivando obter informações precisas sobre a situação da empresa, ou seja, são documentos que as empresas elaboram ao fim de cada exercício social. Não se tratam apenas de uma obrigação, mas também são documentos importantes utilizados para que se tenha compreensão da evolução financeira do seu empreendimento, além da situação fiscal do mesmo.

Conforme Silva (2010), através da análise das demonstrações contábeis, é possível avaliar o desempenho econômico, financeiro e patrimonial da empresa, para que as pessoas interessadas possam tomar decisões, avaliando e analisando todos os dados econômicos da organização a partir de relatórios.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC, 2008), as demonstrações contábeis são preparadas e devem ser, posteriormente, apresentadas para usuários externos, tendo como objetivo fornecer informações para a avaliação dos interessados.

Marion (2003, p.23), enfatiza que “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões.” A demonstração contábil consiste em técnicas que permitem a comparação e a interpretação dos demonstrativos da empresa, podendo apresentar informações úteis nas transações realizadas.

Nesse sentido, é necessário que se tenha um conhecimento da empresa, pois os dados são sequências variáveis. Para que o analista consiga interpretá-las é preciso observá-las à luz das políticas da empresa, ou seja, analisar essa variável de acordo com a organização.

Assim, para Silva (2005), a contabilidade e as demonstrações contábeis fornecem dados contábeis que possibilitam o esclarecimento das ações econômicas e informações patrimoniais da empresa com base em dados contábeis corretos e confiáveis condizentes com a realidade da empresa, assim reduzindo o grau de incertezas.

Com os grandes avanços e a evolução da contabilidade, seus instrumentos foram aprimorados com intuito de fornecer informações necessárias a possibilitar a tomada de decisões, uma dessas ferramentas fundamentais que vem fazendo uma ligação com a contabilidade é a análise das demonstrações contábeis.

A contabilidade utiliza os demonstrativos contábeis para extrair todas as informações elencadas a eles, essas ferramentas tanto usadas, são imprescindíveis na hora de avaliar em que situação encontra-se uma empresa. Segundo Costa (2010, p.2), “as demonstrações contábeis fornecem uma série de dados sobre a empresa e a análise de demonstrativos é responsável por converter esses dados em informações”.

### **2.3. Estudos Anteriores**

Diversas pesquisas, se dedicaram, sob diferentes aspectos, a estudar as distorções do fim da correção monetária sobre a qualidade das informações contábeis. Santos (1999) pontuou a diferença de refinamento entre as duas técnicas de correção e respondeu os principais argumentos desfavoráveis à Correção Monetária. O autor defende que mesmo em patamares inflacionários aceitáveis, a inflação acumulada ainda é significativa e deveria ser levada em consideração.

O autor citado defende ainda que devido à experiência com o assunto, o país possui maior *expertise* em relação a aplicação da técnica e por isso o Brasil não deveria ser comparado ao cenário internacional. Por fim, cita autores renomados como Rezende (2009) e Fabiano (2006) que são favoráveis à correção e trata que independente do fim da obrigatoriedade da correção, a inflação ainda continua presente, impactando valores de ativos, passivos e resultados.

Por sua vez, a pesquisa de Melo, Amaral, Nagai e Martins (2011) procurou identificar quais foram os impactos do fim da correção monetária sobre as demonstrações contábeis de companhias de energia elétrica quanto aos Ativos Imobilizados, Patrimônio Líquido, Resultado do Exercício e Retorno sobre o Patrimônio dessas organizações. Foram estudadas as 24 maiores empresas de energia elétrica listadas na B3 e a amostra compreendeu o período de 1995 a 2009. Os pesquisadores concluíram que os valores históricos e nominais são estatisticamente divergentes dos valores corrigidos.

Corrêa (2014) concluiu que por mais que outros planos tenham sido tão efetivos quanto o Real no tocante ao combate contra a Hiperinflação, a Complexidade apresentada pela economia Brasileira e as condições posteriores à execução do Plano, como o enfrentamento de diversas crises externas sem sofrer novo descontrole Inflacionário.

Em suma, passados 25 anos, ainda que nos dias atuais o cenário da inflação no Brasil seja substancialmente inferior ao cenário hiperinflacionário vivenciado na década de 90, discutir sobre a necessidade do reconhecimento contábil dos efeitos da inflação permanece como uma questão extremamente relevante e pertinente.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esse estudo inicia-se pela investigação feita com a finalidade de obter conhecimento específicos e estruturado a respeito do assunto proposto por este trabalho que em linhas gerais procurar estudar o impacto do Plano de Estabilização Econômica (plano real) nas Demonstrações Contábeis no período transcorrido de 25 anos.

Assim, pode-se classificar a pesquisa de acordo com os seguintes critérios:

### **3.1 Classificação quanto aos Objetivos**

Essa pesquisa classificou-se como exploratória e explicativa, pois a mesma proporciona uma investigação sobre o tema abordado a fim de descobrir se as demonstrações contábeis sofreram distorções após a correção monetária. A pesquisa explicativa são as que “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 1991, p.32).

### **3.2 Classificação quanto à forma de abordagem do problema**

Segundo o objetivo deste trabalho a pesquisa classificou-se como do tipo bibliográfica, a qual se caracterizou o levantamento de toda a bibliografia documental já publicada em forma de livros, periódicos (revistas), teses e anais de congressos. Que serviu de base para realização de um amplo estudo sobre o tema.

Conforme Cervo e Bervian (1983, p.23), em seu sentido mais geral, “o método é a ordem que deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado.” Nesse caso, o método utilizado nesse trabalho é o indutivo, visando utilizar como técnica pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, as quais subsidiarão teoricamente o trabalho, através de material já elaborado por estudiosos da área e outras fontes documentais, sendo essa uma pesquisa qualitativa.

### **3.3 Classificação Quanto aos Procedimentos Técnicos**

Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, com a busca por publicações em livros, relatórios de pesquisas, artigos científicos, teses entre outros. Após a pesquisa bibliográfica optou-se em analisar os dados coletados.

O desenvolvimento da monografia se deu na busca pelas distorções da correção monetária nas demonstrações contábeis das empresas antes e pós plano real, referente aos anos de 1994 a 2019. Para ilustrar essa distorção, fez

uso de forma simplificada do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado de Exercício (DRE) da empresa AMBEV.SA.

A técnica utilizada para a correção monetária das demonstrações financeiras foi a Correção Monetária Integral (CMI) e foram utilizadas para a correção as taxas acumuladas anuais dos índices: Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) - (FVG/IBGE) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE, 2019).

Como principal limitação da monografia, cabe ressaltar que fica limitada no espaço temporal de 25 anos de implantação do plano real ou seja, os anos que ocorreram o início do plano real (1994) e o fim da correção monetária nas demonstrações contábeis. Com isso, não foi possível realizar o ajuste ao valor presente nas mesmas. Para fins acadêmicos, foi considerado um prazo de 30 dias tanto para os pagamentos, quanto para os recebimentos, com isso não sendo necessário realizar o ajuste ao valor presente. Também pelo fato de não conhecer estas datas, não foi possível utilizar a taxa diária para a correção, diante disto, foi utilizado a taxa anual acumulada de cada um dos índices.

Após estas considerações, foi tabulada em gráficos e quadros do software Microsoft Office Excel e Microsoft Word o Balanço inicial, os índices e foi feito a correção dos grupos de contas do (BP) e da (DRE).

Para isso foi preciso o aporte do Balanço patrimonial dos períodos de 2010 a 2015 da Cia AMBEV.SA a fim de extrair todas as informações precisas, obtendo o subsidio da demonstração do resultado do exercício para a apuração dos dados, só assim foi possível trabalhar com todas essas informações coletadas e chegar ao resultado final da pesquisa.

Pela metodologia da Correção Monetária Integral as contas de Ativo e de Receita, quando corrigidas acarretam uma perda inflacionária, visto que esse bem, direito ou ganho mensurado em moeda inflacionada, tem seu poder aquisitivo corroído pela inflação. No caso do Passivo, Patrimônio Líquido (PL) e Despesas, ocorre ao contrário, o gasto ou a obrigação foi mensurado sem a influência da inflação, neste caso essa mesma obrigação ou despesa foi menor do que se considerasse a inflação, como um ganho inflacionário.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A partir do que foi visto, levando em consideração todo o contexto histórico e social da chegada do plano real e da aplicação da contabilidade, destaca-se não apenas a conquista da estabilidade de preços, principal objetivo do Plano, mas também as consequências negativas para as demonstrações contábeis. Neste capítulo, adentraremos nas discussões dos resultados da pesquisa.

### **4.1 Correção Monetária: Consequência da Inflação**

Durante décadas conviveu-se, no Brasil, com o terror do aumento descontrolado do nível de preços, no momento em que esse trabalho se desenvolve pode-se, ainda dizer, que se convive com uma situação econômica estável, a inflação não deixou de existir em nosso país, porém encontra-se em níveis mais tolerantes se comparando aos anos 90.

Souza (2018) conceitua a inflação, no sentido em que é empregado usualmente o termo, como um processo generalizado e persistente do nível de preços, sendo assim implica na diminuição do poder de compra da moeda afetando diretamente a população. Portanto, o termo inflação não se refere ao aumento do preço de um ou de outro bem, individualmente, mas ao aumento do índice de preços, que é a média ponderada de todos os preços.

Conforme Schalembert e Schumacher (2005, p.140):

De acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade as transações são contabilizadas em uma mesma base, no caso, a moeda do país de origem da empresa. Entretanto, em período de redução ou aumento substancial do poder de compra, ou seja, de inflação ou deflação galopante, a moeda não é um bom padrão de avaliação das demonstrações contábeis.

A metodologia da Correção Monetária está intimamente ligada à inflação e esta teve no seu devido tempo grande ênfase no resultado auferido pelas empresas, visto que os balanços eram corrigidos pelos índices inflacionários oficiais do governo.

Para que a contabilidade atinja seu objetivo de fornecer informações úteis aos usuários, é preciso que os registros expressem a verdadeira situação da entidade, inclusive ao longo do tempo (NIYAMA; SILVA, 2011). A correção

monetária de balanços foi adotada com vistas a permitir a atualização dos valores das demonstrações contábeis de forma a refletir a inflação que afeta o mercado, buscando tornar esses registros mais próximos à realidade e permitindo uma análise mais confiável e verdadeira dos dados.

O Brasil viveu ao longo do século XX um período de mudanças na economia, oscilando entre períodos de crescimento acelerado e épocas de recessão. Entre as décadas de 1960 a 1990 o país conviveu com taxas de inflação anuais que variaram de 18% a uma hiperinflação de aproximadamente 200% ao ano. Frente a esse cenário foram definidos normativos para permitir que a contabilidade refletisse a variação no nível geral de preços e que a escalada inflacionária fosse representada nos demonstrativos contábeis das entidades. (FGV, 2019)

A Correção Monetária surgiu em meados dos anos sessenta do século passado como defesa durante um longo período inflacionário que se viveu conforme podemos visualizar na Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, art. 3º, onde está afirmado que, a partir do exercício financeiro de 1965, os valores expressos em cruzeiros, segundo a legislação do imposto de renda, "serão atualizados anualmente em função de coeficientes de correção monetária estabelecida pelo Conselho Nacional de Economia, desde que os índices gerais de preços se elevem acima de 10% ao ano ou de 15% em um triênio". (IPEA, 2019)

Segundo Padoveze (2010), a correção monetária de balanços é uma prática que visa a atualizar os valores das demonstrações contábeis que consiste na atualização das receitas, despesas e as depreciações do período para refletir a inflação que afeta o mercado, buscando tornar os registros mais próximos à realidade e permitindo uma análise mais confiável e verdadeira dos dados. A correção monetária, no entanto, foi extinta em 1995 através da promulgação da Lei 9.294. Os efeitos da inflação, contudo, continuam sendo percebidos pela população, e as demonstrações contábeis não vem sendo indexadas, logo os registros contábeis não vem sofrendo atualização por conta da perda do valor aquisitivo da moeda (BRASIL, 1995). A seguir, são apresentadas informações adicionais sobre a correção monetária de balanços.

Segundo Padoveze (2010) a correção monetária de balanço parcial consistia na atualização das receitas, despesas e as depreciações do período,

no ajuste dos efeitos das variações monetárias ativas e passivas, na atualização das contas do patrimônio líquido e apresentação do lucro líquido do exercício em moeda de poder aquisitivo constante, na data do encerramento do exercício.

Até 1994, o Brasil sofria com os altos índices da inflação, os ajustes que eram feitos na economia eram considerados como correção monetária de balanço, que tinha uma determinada regulamentação pelo governo federal. No Brasil, a correção monetária era obrigatória até o ano de 1995. A partir de 1996, com a inflação em menor escala, o governo brasileiro proibiu práticas de atualização monetária para fins tributários e societários (BATISTELLA, 2011).

O objetivo principal da Correção Monetária segundo Almeida (2000) é, exatamente, empregar os efeitos da inflação sobre os elementos patrimoniais de modo a possibilitar que as demonstrações contábeis sirvam para fins gerenciais e retratem o real estado econômico-financeiro da empresa. Sendo assim, basicamente, compensar as pessoas das perdas decorrentes do aumento geral no nível de preços na economia.

#### **4.2 A correção monetária na contabilidade**

Para Schalemborg e Schumacher (2005, p.143), “a contabilidade é entendida como um sistema capaz de transformar dados em informações, as quais poderão contribuir muito nas decisões tomadas pelos gestores.” Neste sentido, a Correção Monetária foi criada para recompor o poder de compra dos ativos das organizações e utilizada com eficiência por vários anos. A Contabilidade foi quem concebeu o método de operacionalizar o instrumento a partir das suas Partidas Dobradas.

Ludícibus (1998), afirma que a inflação é uma doença e deve ser tratada, por mais baixa que seja, e isso só é possível através do resultado e do balanço das empresas. Se a correção monetária não existe, consequentemente a contabilidade vai prestar um desserviço pela a informação não fidedigna. Esses dados recorrentes sobre a inflação são de suma importância e precisam ser evidenciados em relatórios.

A Correção Monetária Integral foi desenvolvida no Brasil em virtude das altas taxas inflacionárias, ocorridas na década de 80 e 3 das novas necessidades dos usuários da informação contábil - muitas delas decorrentes

de falhas na sistemática oficial de apuração da correção monetária. Ainda segundo Padoveze (2010), a técnica da correção monetária integral foi um avanço em relação à correção monetária parcial. A correção monetária integral é norteadada por dois aspectos:

- a) Ajuste dos dados da demonstração de resultado, para valores em moeda de poder aquisitivo, na data do encerramento do exercício;
- b) Correção monetária de balanço, como ganho ou perda real.

A correção monetária integral foi instituída pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da Instrução CVM nº 64 (1987), que foi substituída pela Instrução CVM nº 191 (1992) - onde surgiu a Unidade Monetária Contábil (UMC). De acordo com Ludícibus *et al* (2010), tal Instrução tornou-se obrigatória, para as empresas de capital aberto, em que a publicação de demonstrações contábeis complementares era apurada de acordo com a Correção Monetária Integral.

Contudo, a utilização da Correção Monetária Integral perdeu fôlego à medida que o processo hiperinflacionário foi contido no país, que alcançou conforme a tabela do IPCA, 44% em maio de 1994, mas após o lançamento do plano real, que estabilizou a economia e fortaleceu a moeda que chegou a 2,86% em novembro de 1994. Com isso, Hoffmann (2004) conclui que com a extinção da correção monetária, os métodos de atualização de valores simplesmente desapareceram das demonstrações contábeis, deixando um vazio nas informações que gerou uma defasagem nas informações fornecidas a partir de 01/01/1996. (BCB, 1997)

Fernandes *et al.* (2004) explica que em 1994, surge o plano real, com uma promessa de estabelecer um controle inflacionário e resolver uma das maiores crises inflacionárias do mundo, que por consequência derrubava o poder de aquisição da população e “emperrava” a indústria com incertezas de realizar investimentos.

A partir da adoção do plano real em 1994, a inflação foi reduzida a patamares inferiores aos observados nos anos de hiperinflação. Consequentemente, em 1995 a correção monetária de balanços foi extinta por meio da promulgação da Lei 9.294 (1995). Partindo do princípio que uma economia com baixos índices inflacionários não é, necessariamente, um país sem inflação, Martins (2004) aponta que na contabilidade os modelos utilizados

para a mensuração não são mutuamente excludentes – não corrigir as demonstrações para fins de publicação, então, não desconsidera seu uso como ferramenta informacional ou gerencial.

Em toda a história brasileira, são vários os momentos em que a inflação alcançava níveis altos. Foram criadas diversas políticas para o combate e controle da inflação e a contabilidade se importando com esta influência na vida das pessoas e das entidades, tratou de alinhar seus efeitos na criação de relatórios, refletindo da melhor forma a realidade da empresa, sem deixar de lado seus princípios. (NUNES; ALMEIDA; MARQUES, 2004).

No Quadro 1, a seguir, é possível conferir em destaque a taxa acumulada pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) com seus respectivos anos de referência contabilizados desde o ano de 1994 até 2019:

**Quadro 1 – Índice Geral de Preços (IGP) em 25 anos do Plano real - 1994-2019**

(continua)

ANO	MESES												TAXA ACUMULADA
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
<b>1994</b>	42,19	42,41	44,83	42,46	40,95	46,58	5,47	3,34	1,55	2,55	2,47	0,57	909,67
<b>1995</b>	1,36	1,15	1,81	2,30	0,40	2,62	2,24	1,29	-1,08	0,23	1,33	0,27	14,77
<b>1996</b>	1,79	0,76	0,22	0,70	1,68	1,22	1,09	0,00	0,13	0,22	0,28	0,88	9,33
<b>1997</b>	1,58	0,42	1,16	0,59	0,30	0,70	0,09	(-)0,04	0,59	0,34	0,83	0,69	7,48
<b>1998</b>	0,88	0,02	0,23	(-)0,13	0,23	0,28	(-)0,38	(-)0,17	(-)0,02	(-)0,03	(-)0,18	0,98	1,71
<b>1999</b>	1,15	4,44	1,98	0,03	(-)0,34	1,02	1,59	1,45	1,47	1,89	2,53	1,23	19,99
<b>2000</b>	1,02	0,19	0,18	0,13	0,67	0,93	2,26	1,82	0,69	0,37	0,39	0,76	9,80
<b>2001</b>	0,49	0,34	0,80	1,13	0,44	1,46	1,62	0,90	0,38	1,45	0,76	0,18	10,40
<b>2002</b>	0,19	0,18	0,11	0,70	1,11	1,74	2,05	2,36	2,64	4,21	5,84	2,70	26,41
<b>2003</b>	2,17	1,59	1,66	0,41	(-)0,67	(-)0,70	(-)0,20	0,62	1,05	0,44	0,48	0,60	7,67
<b>2004</b>	0,80	1,08	0,93	1,15	1,46	1,29	1,14	1,31	0,48	0,53	0,82	0,52	12,13
<b>2005</b>	0,33	0,40	0,99	0,51	(-)0,25	(-)0,45	(-)0,40	(-)0,79	(-)0,13	0,63	0,33	0,07	1,22
<b>2006</b>	0,72	(-)0,06	(-)0,45	0,02	0,38	0,67	0,17	0,41	0,24	0,81	0,57	0,26	3,79
<b>2007</b>	0,43	0,23	0,22	0,14	0,16	0,26	0,37	1,39	1,17	0,75	1,05	1,47	7,89
<b>2008</b>	0,99	0,38	0,70	1,12	1,88	1,89	1,12	(-)0,38	0,36	1,09	0,07	(-)0,44	9,10
<b>2009</b>	0,01	(-)0,13	(-)0,84	0,04	0,18	(-)0,32	(-)0,64	0,09	0,25	(-)0,04	0,07	(-)0,11	(-)1,43
<b>2010</b>	1,01	1,09	0,63	0,72	1,57	0,34	0,22	1,10	1,10	1,03	1,58	0,38	11,30
<b>2011</b>	0,98	0,96	0,61	0,50	0,01	(-)0,13	(-)0,05	0,61	0,75	0,40	0,43	(-)0,16	5,00
<b>2012</b>	0,30	0,07	0,56	1,02	0,91	0,69	1,52	1,29	0,88	(-)0,31	0,25	0,66	8,10

**Quadro 1 – Índice Geral de Preços (IGP) em 25 anos do Plano real - 1994-2019**

(conclusão)

ANO	MESES												TAXA ACUMULADA
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
<b>2013</b>	0,31	0,20	0,31	(-)0,06	0,32	0,76	0,14	0,46	1,36	0,63	0,28	0,69	5,52
<b>2014</b>	0,40	0,85	1,48	0,45	(-)0,45	(-)0,63	(-)0,55	0,06	0,02	0,59	1,14	0,38	3,78
<b>2015</b>	0,67	0,53	1,21	0,92	0,40	0,68	0,58	0,40	1,42	1,76	1,19	0,44	10,70
<b>2016</b>	1,53	0,79	0,43	0,36	1,13	1,63	(-)0,39	0,43	0,03	0,13	0,05	0,83	7,18
<b>2017</b>	0,43	0,06	(-)0,38	(-)1,24	(-)0,51	(-)0,96	(-)0,30	0,24	0,62	0,10	0,80	0,74	(-)0,42
<b>2018</b>	0,58	0,15	0,56	0,93	1,64	1,48	0,44	0,68	1,79	0,26	(-)1,14	(-)0,45	7,10
<b>2019</b>	0,07	1,25	1,07	0,90	0,40	0,63	(-)0,01	(-)0,51	0,50	0,55	0,85	1,74	7,70

**FONTE:** Elaborada pela autora a partir de dados do IBGE/FGV (2022)

**Nota:**

- Existem diversos institutos que calculam os diferentes Índices de Preços no Brasil, apesar das diversas intuições, no entanto, quando visualizados em planilhas ou gráficos, são altamente colianres, ou seja, tem uma comportamento parecido. Nesse sentido o quadro 2 faz uso de dados do IBGE e da FGV para demonstrar o IGP ao longo dos 25 anos de implantação do plano real.

A partir do que foi constatado na tabela anterior, com variações de 19,90% (1999 % a (-) 0,42% (2017), as informações contábeis podem sofrer distorções, entre elas a distribuição dos lucros, dividendos, impostos. Em 2019, podemos verificar nos meses de Julho e Agosto o índice negativo, os demais meses foram oscilando em seus respectivos anos. Mas em 2015, com a crise política e econômica que o Brasil vivenciou bem como suas divulgações em mídia escrita, é possível observar que o índice acumulou mais de 10,70% de inflação.

A solução contábil não tardou a surgir e com a criação da Conta do Resultado da Correção Monetária resolveu-se parcialmente o problema. O mecanismo para a recomposição do poder de compra dos ativos seria definido assim: debitando o ativo não monetário pelo valor encontrado a partir da aplicação da taxa de inflação sobre a sua grandeza e em contrapartida se creditava a recém criada conta do Resultado da Correção Monetária. O mesmo procedimento se dava em relação ao passivo não monetário que seria creditado pelo valor encontrado a partir da aplicação daquela mesma taxa de inflação sobre sua grandeza e agora se debitava em contrapartida, o Resultado da Correção Monetária (SCHALEMBERG; SCHUMACHER, 2005).

O grande avanço na qualidade das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária de 1976 foi viabilizado pela forma simplista de reconhecimento dos efeitos inflacionários preconizada por essa legislação (PORTO, 1998). Em contraponto a essa praticidade, Martins (1979) argumenta que uma das falhas da CMB era a apresentação das correções do ativo permanente e do patrimônio líquido agrupadas em uma única linha da demonstração do resultado do exercício, dificultando o entendimento do real significado da correção monetária, que representava o aumento ou decréscimo real no patrimônio das entidades.

Segundo Santos e Ribeiro (2014), Dessa maneira, pode-se perceber que a correção monetária foi durante boa parte do século XX importante na análise das demonstrações financeiro e foi instrumento essencial para evitar distorções nos resultados, instrumento esse de importância crucial para a compreensão dos acontecimentos econômicos, com efeitos sociais e políticos para a população brasileira.

Santos e Ribeiro (2014, p. 343) explicam que, “a principal lógica do plano real foi centrada na condução da economia, atacando o que se convencionou chamar de inflação inercial.” O plano proibiu as correções monetárias automáticas de todos os tipos de contrato, inclusive os de aluguéis e de trabalho. Até que, ao final de 1995, a única lei que ainda permanecia em vigor e que, de certa forma, remetia à memória inflacionária era a que tratava da correção automática dos balanços. Assim, o governo apressou-se e, por meio da Lei n. 9.249/95, extinguiu qualquer possibilidade, tanto para efeitos societários como fiscais, de reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis. (BRASIL, 1995).

Com a proibição estabelecida pela Lei n. 9.249/95, a partir de 1996, diversos trabalhos foram apresentados e publicados em congressos e revistas profissionais e acadêmicas denunciando as distorções provocadas pela falta de reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis. Esses trabalhos procuraram demonstrar que a inflação não reconhecida nas demonstrações contábeis continuou causando substanciais impactos às informações pelas empresas reportadas.

Melo *et al.* (2017), destacam que a ausência da correção monetária diminui o poder de compra da moeda, provocando assim diferenças no patrimônio líquido, ativo imobilizado, lucro líquido e retorno sobre o patrimônio líquido (*return on equity* – ROE) corrigidos das empresas de energia elétrica avaliadas por seu estudo em relação aos mesmos itens históricos, as quais chegaram a 142.47%, 81.79%, -67.16% e -76.02%, respectivamente, em 2009. Os autores pontuam que a abstenção da prática de correção monetária leva a demonstrações contábeis incompletas e distorcidas.

Salotti *et al.* (2006) observaram, em estudo aplicado a empresas dos setores de alimentos e bebidas, comércio, energia elétrica, química, siderurgia e metalurgia e têxtil, no período de 1996 a 2002, diferenças estatísticas entre os índices corrigidos de liquidez, rentabilidade e endividamento e os mesmos índices históricos, reforçando o fato de que a análise das informações por seus usuários pode ser afetada quando desconsiderado o valor do dinheiro no tempo.

Santos (2002) efetuou um estudo empírico para 1996, 1997 e 1998 no qual o lucro líquido ajustado pela metodologia da CMI de algumas empresas

brasileiras é comparado com o lucro líquido societário. O autor ressalta que, embora tenham sido observadas variações mais atenuadas para algumas empresas, fato que pode motivar alguns profissionais de contabilidade a refutarem a importância da correção monetária em cenário econômico não hiperinflacionário, a inflação do período também provocou diferenças materiais entre o lucro líquido apurado pela metodologia da CMI e o lucro líquido societário. A Copene, por exemplo, registrou 791% de variação em 1998, ao passo que a Hering apurou diferença de 122,8% no mesmo ano.

#### **4.3 Efeitos do fim da correção monetária**

Schalemborg e Schumacher (2005) argumenta que, Foi o Brasil o país responsável pela criação da Correção Monetária que em pouco tempo foi adotada por vários outros países. Ela veio como instrumento responsável pela recomposição do poder de compra dos ativos das organizações e isso ocorreu com certa eficácia durante aproximadamente trinta anos, quando, por vários motivos, foi extinta pela Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

A última Correção Monetária ocorreu em 31-12-95, tornando-se por base o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), vigente em 1º-01-96, que correspondeu R\$ 0,8287. A Receita Federal continuou a divulgar os valores da UFIR (em 1996, semestral e em 1997, anual) entretanto, eles não são mais utilizados para fins de Correção Monetária societária (SCHALEMBERG; SCHUMACHER, 2005).

O plano real foi um sucesso absoluto no combate à inflação, mas as medidas de correção de problemas tão graves tiveram impacto na economia brasileira. Para combater um mal maior, o plano era composto de várias medidas recessivas, um aperto monetário e desestímulo ao consumo. Aumento de impostos com corte de investimentos públicos foram combinados com juros altos para atrair capital estrangeiro. O poder de compra do trabalhador, que vinha diminuindo seguidamente com a desvalorização da moeda, foi mantido em patamares baixos.

Assim que o real passou a circular, o poder de compra do salário mínimo diminuiu e nos anos seguintes esteve no patamar mais baixo em um período de 25 anos. O desemprego também aumentou. A taxa anual medida pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, (1994), que estava perto de 6%

ao ano no início da década, passou a subir depois de 1995 e ficou perto dos 10%. (IBGE, 2022)

Depois de um primeiro mandato marcado por reformas, Fernando Henrique Cardoso (FHC) se reeleger na esperança de poder governar com mais folga, voltar a poder fazer investimentos públicos e reduzir o desemprego. Mas crises internacionais vindas da Ásia e da Rússia frustram os planos do presidente e causam o período mais problemático da nova moeda.

Isso foi um grande problema para o Brasil, que na virada de 1998 para 1999, ainda mantinha o controle do câmbio com o dólar valendo pouco mais que R\$1,00, num regime de câmbio fixo e controlado pelo Banco Central (BC). Mas a percepção global nesse momento era de que o dólar era um negócio melhor. Então o BC, na época presidido por Gustavo Franco, passou a ter dificuldades para segurar o câmbio (CASTRO, 2019)

Em 1999, depois de vender quase todas as suas reservas internacionais tentando controlar o valor do dólar, o Banco Central teve de desistir do regime de câmbio fixo. A liberação do câmbio foi uma mudança profunda na política macroeconômica planejada pelo plano real. A partir dali, o governo adotou o chamado tripé macroeconômico. O governo abria mão de controlar o câmbio mas se comprometia, para manter o valor da moeda, a fazer superávit primário nas contas públicas e a estabelecer e cumprir metas de inflação, deixando que o Banco Central atue de maneira autônoma para subir juros e perseguir a meta (CASTRO, 2019).

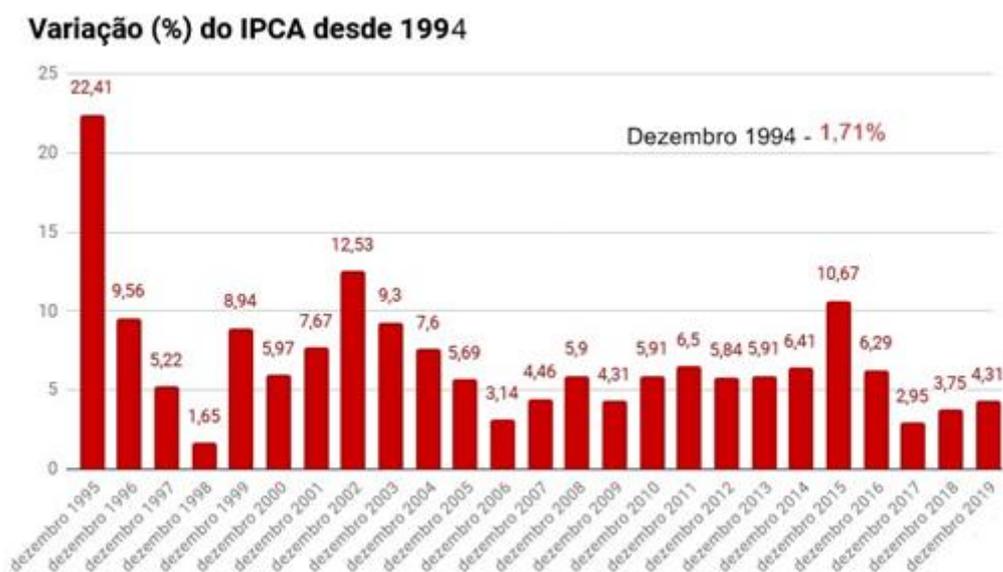
Com a implementação da Lei nº 9.249/1995, toda e qualquer forma de correção monetária das demonstrações contábeis das empresas brasileiras foi proibida tanto para fins societários quanto para fins fiscais. De acordo com Santos (1999) e Yamamoto (2002), o entendimento dos legisladores à época era que a correção das demonstrações contábeis era desnecessária, pois o país, no cenário pós plano real, tinha alcançado índices inflacionários próximos dos países desenvolvidos. Não só isso, argumentava-se que a maioria dos outros países não realizava nenhuma forma de atualização dos números de suas demonstrações. Outro aspecto defendido, era a necessidade de deixar para trás o passado hiperinflacionário que o país viveu, visto que as taxas inflacionárias divulgadas durante este período não eram confiáveis. Contudo, diversos trabalhos, como Fabiano (2006) e Salloti, Lima, Corrar, Yamamoto,

Malacrida (2006), comprovaram que mesmo com índices inflacionários estáveis, indicadores como liquidez e rentabilidade corrigidos apresentavam diferenças significativas dos números nominais. Ademais, como pontua Santos (1999), não é uma boa prática comparar a realidade de outros países com Brasil, uma vez que a experiência nacional obtida com este fenômeno tornou o país muito mais preparado para lidar com os efeitos da inflação.

Mais de 25 anos depois do lançamento do tripé, o Brasil fechou 2019 com a inflação controlada e o câmbio fluando livremente, mas com seu sexto déficit primário consecutivo.

No Gráfico 1, apresenta a trajetória da taxa de inflação anual no período de 1994 a 2019.

**Gráfico 1 – Variação (%) do IPCA no período de 1994 a 2019**



FONTE: IBGE (2022)

De acordo com o IBGE (2019), a inflação fecha o ano de 2019 com 4,31% e fica acima do centro da meta para o ano que era de 4,25%. Trata-se da maior inflação anual desde 2016, quando o índice ficou em 6,29%.

Desde a introdução do plano real, no período em que este trabalho se propôs a estudar de 25 anos, em julho de 1994, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 508,23%, ao divulgar a leitura de junho do indicador (IBGE, 2019), cabe destacar que o IPCA é o índice usado

pelo Governo para definir sua meta anual de inflação, base da política macroeconômica. Em uma comparação simples, hoje R\$6,08 reais equivalem o que há 25 anos vinha estampado na nota de R\$1, já extinta da circulação nacional. Apesar da desvalorização da nota de R\$1, o poder de compra da população cresceu em termos reais desde 1994. Em 2019 o salário mínimo estava em torno de R\$998,00, um crescimento real de 153,3%, influenciado pela estabilidade econômica (IBGE, 2019). Apesar do índice, que à primeira vista pode parecer elevado para quem não vivenciou a escalada diária de preços. Para se ter ideia dos altos e baixos que a moeda brasileira enfrentou desde que começou a circular, o dólar – ao qual o real esteve equiparado em seus três primeiros anos – teve apenas 75% de inflação de 1994 até 2019, segundo o Consumer Price Index (CPI), do governo americano, índice equivalente ao IPC brasileiro.

Benadiba (2006) descreve a principal finalidade da Correção Monetária Integral era o ajuste financeiro do real em relação a outras moedas e a própria inflação, sendo assim era a ferramenta que conseguia demonstrar em moeda única todos os componentes da contabilidade, além de demonstrar o efeito da inflação em cada conta. Para gerar essas informações, são necessários que se adote um índice que reflita a variação da moeda nos saldos contábeis, reconhecendo seu efeito no resultado da empresa.

No Quadro 2, para exemplificar as distorções das correções monetárias na empresa AMBEV.SA, apresentam-se os dados retirados das demonstrações financeiras do período de 2010 a 2015, divulgadas no website da empresa AMBEV S.A para que seja feita a Correção Monetária Integral, sendo possível analisar a DRE da AMBEV antes de realizar a Correção Monetária Integral:

**Quadro 2 – Valores constantes na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa AMBEV S.A. antes da Correção Monetária Integral.**

**Valores em Milhões de Reais.**

<b>Contas</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Receita Líquida</b>	25.233,30	27.126,70	32.231,00	35.079,10	38.079,80	46.720,10
<b>(-) CPV</b>	-8.449,00	8.793,30	-	-	12.814,60	-
			10.459,80	11.572,50		16.061,40
<b>Lucro Bruto</b>	16.784,30	18.333,40	21.771,20	23.506,60	25.265,20	30.658,70
<b>(-) Despesas comerciais</b>	-6.038,50	-6.251,00	-7.350,90	-8.059,90	-9.158,70	-
						11.177,90
<b>(-) Despesas administrativas</b>	-1.196,90	-1.180,60	-1.603,50	1.748,30	-1.820,00	-2.281,30
<b>Outras receitas operacionais</b>	624,9	784,5	863,4	1.761,70	1.629,20	1.936,00
<b>Lucro Operacional</b>	10.173,80	11.686,30	13.680,20	15.460,10	15.915,70	19.135,50
<b>Receitas e (despesas) especiais</b>	-150,8	23,1	-50,4	-29,2	-89	-357,2
<b>(-) Resultado Financeiro</b>	-319,4	-468,1	-889,7	-1.561,40	-1.475,40	-2.268,20
<b>Participação nos res. de coligadas</b>	0,2	0,5	0,5	11,4	17,4	3,1
<b>(-) Imposto de renda</b>	-2.084,50	-2.522,00	-2.320,10	-2.481,40	-2.006,60	-3.634,20
<b>Lucro líquido</b>	7.619,30	8.719,80	10.420,50	11.399,50	12.362,10	12.879,00

Fonte: AMBEV.SA (2022)

Porto (1998) sintetizou os pontos negativos da não aplicação da correção monetária e como a inflação tem impactado o lucro das empresas brasileiras e o seu não reconhecimento pode afetar os lucros e riqueza dos acionistas. Sendo assim, um dos principais a subavaliação do lucro líquido em situações nas quais a correção do ativo permanente supera a correção do patrimônio líquido e superavaliação desse indicador quando da situação inversa, tratamento que possibilita a majoração no pagamento de impostos e distribuição de dividendos calculados sobre lucros irrealis.

Conforme demonstrado no quadro 3 e no quadro 4, é possível observar como a inflação corrói o valor do dinheiro com o passar do tempo. É exequível comparar o resultado do período com e sem correção monetária. Deste modo evidenciando a importância da utilização da correção monetária nas demonstrações financeiras.

No quadro 3, apresenta-se o Resultado do Exercício da Cia. AMBEV.SA após a correção pelo IPC-SP:

**Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. AMBEV S.A.  
após a Correção Monetária Integral pelo índice IPC-SP. Valores em  
Milhões de reais.**

<b>Ano</b>	<b>Antes da correção (R\$)</b>	<b>Corrigido pela IPC- SP (R\$)</b>	<b>Variação R\$</b>	<b>%</b>
<b>2010</b>	R\$ 7.619,30	R\$ 5.279,97	R\$ 2.339,33	31%
<b>2011</b>	R\$ 8.719,80	R\$ 6.489,17	R\$ 2.230,63	26%
<b>2012</b>	R\$ 10.420,50	R\$ 8.102,45	R\$ 2.318,05	22%
<b>2013</b>	R\$ 11.399,50	R\$ 9.418,80	R\$ 1.980,70	17%
<b>2014</b>	R\$ 12.362,10	R\$ 9.512,71	R\$ 2.849,39	23%
<b>2015</b>	R\$ 12.879,00	R\$ 4.950,08	R\$ 7.928,92	62%
<b>Acumulado</b>	<b>R\$ R\$ 63.400,20</b>	<b>R\$ R\$ 43.753,18</b>	<b>R\$ (19.647,02)</b>	<b>-31%</b>

Fonte: AMBEV.SA (2022)

Utilizando a Correção Monetária Integral, nos períodos de inflação, a empresa conseguia refletir suas demonstrações contábeis, bem como os resultados apurados de forma mais adequada (RIBEIRO, 2015).

O lucro acumulado sem correção de 2010 a 2015 é de R\$ 63.400,20 milhões de reais e após a correção pelo índice IPC-SP (IBGE), foi para R\$ 43.753,18, totalizando uma diferença de R\$ 19.647,02 milhões de reais. Aonde representa uma distorção de 31% no resultado acumulado em 5 anos.

Assim, o gráfico 2, demonstra a influência que a inflação exerce sobre as informações fornecidas pela contabilidade:

**Gráfico 2 – Demonstração do Resultado do exercício da Cia. AMBEV S.A. com e sem a Correção Monetária Integral, nos anos de 2012 a 2015.**



Fonte: AMBEV S.A

Segundo Martins, Dantas e Vasconcelos (2010) o não reconhecimento do custo inflacionário que está camuflado destas demonstrações contábeis pode prejudicar de forma acentuadas os resultados encontrados pelas empresas nas análises econômicas.

Utilizando a Correção Monetária Integral, nos períodos de inflação, a empresa conseguia refletir suas demonstrações contábeis, bem como os resultados apurados de forma mais adequada (RIBEIRO, 2015).

Examinando e comparando o quadro 4 com o gráfico 3, é perceptível a distorção causada pela inflação no transcorrer do tempo. Analisando o Gráfico 3 entende-se como os 10% de inflação registrados em 2015 distorcem as informações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transcorridos 25 anos desde o fim da correção monetária no Brasil e a implementação da URV, ainda no momento em que esse trabalho se desenvolve, a inflação é um problema econômico constantemente noticiado e discutido no país. Esse cenário reacende a necessidade de se refletir sobre a relevância da apresentação das demonstrações contábeis com informações que considerem as variações no poder aquisitivo da moeda.

Os resultados apurados apontam para que a inflação é percebida como presente na atualidade, afetando não só as organizações, mas o poder de compra da sociedade como um todo. Seguindo a mesma percepção, os contabilistas acreditam que os balanços das empresas são afetados pela inflação e de uma forma geral não há concordância de que o fim da correção monetária foi oportuno. As empresas tornam-se cada vez mais vulneráveis ao mercado e esse mesmo mercado exige que elas aprimorem suas ferramentas e seus capitais intelectuais, a fim de controlar os riscos causados pelos casos de contingências, sendo assim controlar esses riscos tornam-se fundamentais para uma tomada de decisão mais ágil.

Diante da hiperinflação a que a sociedade brasileira foi exposta, surgiu a Correção Monetária Legal, como tentativa de amenizar as distorções causadas pela inflação, e manutenção do poder aquisitivo constante da moeda, como também possibilitar que as demonstrações contábeis pudessem ser utilizadas para fins gerenciais, com informações mais precisas, demonstrando o real estado econômico financeiro da entidade. Porém foi com a Correção Monetária Integral que estas distorções foram praticamente solucionadas aumentando ainda mais a qualidade das informações prestadas pela contabilidade.

Sobre o impacto da ausência da correção monetária das demonstrações contábeis à distribuição de dividendos, importa ressaltar que o efeito pode ser tanto prejudicial aos acionistas em caso de lucro subavaliado, que gera menos distribuição de dividendos, quanto prejudicial à saúde financeira das empresas na ocasião em que o lucro está superestimado, cenário que produz distribuição a maior em relação ao valor real devido considerando-se o poder aquisitivo da moeda.

Porém, pelo fato da não obrigatoriedade da Correção Monetária percebe-se a sua não utilização, perdendo assim a Contabilidade em informação de vital importância para a tomada de decisões. Destaca-se assim, que a correção monetária dos demonstrativos contábeis é uma ferramenta indispensável para fornecer informações fidedignas aos gestores proporcionando assim a tomada de decisões mais acertadas, assegurando um futuro promissor à entidade.

Cabe ressaltar que os resultados obtidos são condicionados a algumas limitações, como a delimitação de tempo de 25 anos (1994-2019) e análise apenas da Cia AMBEV.SA para obtenção de resultados, sendo assim, esses resultados não podem ser generalizados. Deixo como sugestão para pesquisas futuras, seria de grande contribuição a investigação a respeito de quais são as proxies capazes de explicar por que alguns setores são mais prejudicados em comparação a outros quanto aos efeitos da inflação nas demonstrações contábeis.

Por fim, este trabalho buscou mostrar aos usuários destas informações quanto à importância do tema e como suas decisões podem ser afetadas por tal fenômeno, pois a inflação ainda continua presente, impactando valores de ativos, passivos e resultados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo. WERNECK, Rogério. **Estabilização, abertura e privatização**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do Progresso: dois séculos de política economia no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 15, p. 313-330.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso Básico de Contabilidade: Introdução à metodologia da contabilidade**. Editora Atlas SA, 2000.

ASSUNÇÃO, Murillo Lima; MENDES, Daniel Hassel. **Evolução histórica da inflação e dos métodos de reconhecimento de suas variações no patrimônio das entidades no Brasil**. 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Unievangélica, Goiás, 2019.

BACCI, João. **Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica**. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica). Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, SP.

BALISTIERO, Ricardo; ALVAREZ, Ramon Barazal. Plano real: estratégias de ação e perspectivas. **Emancipação**, v. 4, n. 1, p. 159-169, 2004.

BATISTELLA, Flávio Donizete. **Reavaliação de ativos e correção monetária integral no Brasil: um estudo de < value relevance**. 2011. 93f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

BENADIBA, MOSES. **Moeda Constante**. Revista Ecco, v. 1, p. 1-8, 2006.

BRASIL. Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza**. Brasília, 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4506.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4506.htm). Acesso em: 22. Fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. **Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências**. Brasília. 1995. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm) >. Acesso em: 22. Fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996. **Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal**. Brasília. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9294.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9294.htm). Acesso em: 22. Fev. 2022.

CARVALHO, Fernando Cardim. Reforma monetária, indexação generalizada e o plano de estabilização. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.14, n.2, p.1-6, abr./jun. 1994.

CASTRO, José Roberto. O que foi o Plano real e como ele controlou a hiperinflação. **NEXO**. 30 de jun de 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2019/06/30/O-que-foi-o-Plano-Real-e-como-ele-controlou-a-hiperinflação>. Acesso em: 17. Fev. 2022.

CAVALHEIRO, Rafael Todescato; GIMENES, Régio Marcio Toesca; BINOTTO, Erlaine. As escolhas Contábeis na mensuração de Ativos Biológicos estão associadas ao Perfil do Profissional Contábil?. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 3, p. 43-64, 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron, 1983.

CORRÊA, Thiago Fontenelle Bossard Cortazio. **O Combate à Hiperinflação e a Eficácia do Plano real**. 2014. 54 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Rodrigo Simão da. **Contabilidade para iniciantes em ciências contábeis ou cursos afins**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

DE CARVALHO VIEIRA, Anderson Nunes. Breve estudo da inflação no Brasil: uma crítica à atual política monetária do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 15, n. 30, p. 131-148, 2013.

DE OLIVEIRA VENDRAMIN, Elisabeth et al. O que se pesquisa em ensino contábil? Análise do Congresso USP de Contabilidade e Iniciação Científica. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 19, n. 1, p. 6, 2020.

DEBIT. Inflação: IPCA (**IBGE**). 2022. Disponível em: <https://www.debit.com.br/tabelas/tabela-completa.php>. Acesso em: 24. Fev. 2022.

DORNELLES, Olivia Maurício; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. **Narrativas: Definição e Aplicações em Contabilidade**. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 14, n. 4, p. 19-37, 2019.

DOS SANTOS, Flávio Arantes; LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do Plano real ao segundo Governo Lula**. Instituto de Economia. UNICAMP. 2016.

FABIANO, Gabriel. **O impacto do fim da correção monetária na rentabilidade e adequação de capital dos bancos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2006.

FERNANDES, Leonardo Pitanga et al. Correção monetária das demonstrações financeiras: algumas consequências da não utilização de seus métodos de reconhecimento. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 2, n. 15,

p.23-40, ago. 2004. Disponível em:  
<<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/255>>. Acesso em: 20 de jun de 2022.

FERREIRA, Jean Carlo Ricieri; LOPES, Ricardo Luis. O plano real e seus efeitos sobre a estrutura produtiva do brasil: um estudo sobre as importações. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 1, n. 1, p. 1-27, 2007.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FRAGA, Emerson. Inflação já é quase o dobro da registrada no 1º ano de Guedes: Em 2019, IPCA subiu 4,31%. Neste ano, a alta acumulada até setembro bate 6,90%. **R7 Brasília**. Brasília. 20 de out de 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/inflacao-ja-e-quase-o-dobro-da-registrada-no-1-ano-de-guedes-20102021>. Acesso em 17. Fev. 2022.

FRANCO, Gustavo HB. **A inserção externa e o desenvolvimento**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 18, n. 3, p. 121-147, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

GUARDIA, Eduardo. **O regime fiscal brasileiro**. Tese (Doutoramento)– Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 1999.

HOFFMANN, Edvaldo Paulo Tetzner. **Os efeitos proporcionados pelo não reconhecimento da correção monetária de balanço: o caso da "UNICAF É"**. 2004. 133 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

HOMERO JUNIOR, P. F.; SAID, R. M. **Genderização da pesquisa contábil brasileira**. In: Anais do USP International Conference in Accounting, São Paulo, SP, Brasil. 2018.

Índice de Preços ao Consumidor. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Índice Geral de Preços do Mercado. **YAHII**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < <http://www.yahii.com.br/igpm.html>>. Acesso em: 22. Fev. 2022.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - INPC. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=destaques>. Acesso em: 03 mar. 2022.

Inflação na Brasil em 2019. **Inflation.eu**. Disponível em: <https://www.inflation.eu/pt/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-2019.aspx>. Acesso em: 28. Fev. 2022.

Inflação. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2022. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 22. Fev. 2022.  
IPCA acumulado: o que é e qual a inflação hoje. RICONNECT. 10 de jun de 2022. Disponível em: <https://riconnect.rico.com.vc/blog/ipca-acumulado>. Acesso em: 22. jun. 2022.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. Ed. 10. São Paulo, SP: Atlas. 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras**. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades, v. 6, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Conhecimento, ciência, metodologias científicas e contabilidade. RBC: **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 27, n. 110, p. 60-63, 1998.

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JUNQUEIRA, Antônio Hélio. **O Plano real e os seus reflexos sobre a produção e o consumo de alimentos no Brasil**. Conjuntura Alimentos. v.7 N. 01 jan/abr. p. 4-11. 1995

KUHN, Ivo Ney; LAMPERT, Luis Amauri. **Análise financeira**. Ed. Unijuí, 2012. 86 p. Coleção educação a distância. 2012.

KUPFER, David. **Mudança estrutural nas empresas e grupos líderes da economia brasileira na década de 90**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2001.

KUZE, Livio Hagime. **Quinze anos de planos de estabilização econômica do Plano Cruzado ao Plano real**. 2001. 66 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu. **Origem do modelo brasileiro de correção monetária das demonstrações financeiras**. Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços, 38(45), 1-7. 2004.

MARTINS, E. **Aspectos do lucro e da alavancagem financeira no Brasil**. University of São Paulo, São Paulo. 1979.

MARTINS, Orleans Silva; FERREIRA DANTAS, Ricardo; FERNANDES DE VASCONCELOS, Adriana. **O Custo Inflacionário Na Análise Das Demonstrações Contábeis: Um Estudo De Caso No Período 2005-2006.** (Inflationary Cost Analysis of the Financial Statements: A Case Study in the Period 2005-2006). Journal of Production Innovation and Management (Revista INGEPRO), Forthcoming, 2010.

Melo, Sheila; Martins, Eliseu; Nagai, Cristiane; Amaral, Juliana Ventura; Salotti, Buno Meirelles. **Demonstrações contábeis sem efeitos inflacionários: uma abordagem relativa às empresas distribuidoras de energia elétrica.** Contabilidade, Gestão e Governança, 15(12), 63-77. 2012. Disponível em: <http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/402/pdf>. Acesso em: 20 de jun de 2022.

MELO, Sheila de; AMARAL, Juliana Ventura; NAGAI, Cristiane; MARTINS, Eliseu. **Catorze anos de demonstrações incompletas: um estudo em empresas de energia elétrica.** São Paulo: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2011.

MULLER, Aderbal. **Contabilidade Introdutória.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

NASCIMENTO, José Iago Araújo do. **Análise das demonstrações contábeis: um estudo na cooperativa de crédito sicoob pajeú agreste nas concessões de crédito à pessoas jurídicas.** 2016. 41 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2016.

NEDER, Vinicius. IPCA acumulado no Plano real, desde julho de 1994, é de 508,23%. **UOL.** 10 de jul de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/07/10/ipca-acumulado-no-plano-real-desde-julho-de-1994-e-de-50823.htm>. Acesso em: 24. Fev. 2022.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

NEVES, Silverio das; VICECONTI, PAULO. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras.** Saraiva Educação SA, 1998.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Contabilidade para concurso e exame de suficiência.** São Paulo: Atlas, 2011.

NUNES, Alexssander de Antonio; ALMEIDA, Marcos Machado de; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Uma análise crítica sobre a posição do Conselho Federal de Contabilidade acerca à norma CFC nº 900/01 que trata do princípio da atualização Monetária.** Pensar Contábil. Rio de Janeiro, p. 1-7. 2004. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/2316>>. Acesso em: 15 de jun de 2022.

OLIVEIRA, Alan Teixeira de; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; CANAN, Ivan. 11 anos sem correção!: uma análise dos efeitos da correção monetária não reconhecida nas demonstrações contábeis do serviço social da indústria - SESI de 1996 a 2006. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p.1-12, set./dez., 2007.

OLIVEIRA, Leonardo Augusto Silva; ALVES, Leonardo Judice Maximiano. **CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL: os efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras**. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Gestão Econômica e Financeira. Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Thais Diniz. Teoria e aplicação: das fases do real à nova moeda. **Revista Iniciativa Econômica**, v. 1, n. 2, p. 1-19, 2014.

PACIEVITCH, Thais. Plano real. S.d. **Infoescola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/plano-real/>. Acesso em 28 de junho de 2022.

PADOVEZE, Clóvis Luís, **Contabilidade gerencial : um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. – São Paulo : Atlas, 2010.

PASSOS, Quismara Corrêa dos. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). 29f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Contábeis. Porto Alegre. 2010.

PAULO, Edilson; Martins, Eliseu. **Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas**. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnANPAD, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31, 2007.

PAULO, Edilson. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. 2007. 269f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, p. 19-32, 2007.

PORTO, Paula Cacciari Cardozo. **Alguns efeitos da falta do reconhecimento da inflação nos demonstrativos contábeis e seus impactos financeiros: um caso prático**. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo. 1998.

RESOLUÇÃO CFC Nº 774 de 16 de dezembro de 1994. **Aprova o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade**. Disponível em:

[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/resolucao/cfc/774.htm#:~:text=Aprova%20o%20ap%C3%AAndice%20%C3%A0%20Resolu%C3%A7%C3%A3o,Art.](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/resolucao/cfc/774.htm#:~:text=Aprova%20o%20ap%C3%AAndice%20%C3%A0%20Resolu%C3%A7%C3%A3o,Art. Acesso em: 25 de jun de 2022.) Acesso em: 25 de jun de 2022.

Resultados IGP-M – 2019. Portal FGV. 1 de jan de 2020. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6B6420E96>. Acesso em: 03 mar. 2022.

REZENDE, Amaury José. **Um estudo sobre o processo de desinstitucionalidade das práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras**. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 472 p.

SALOTTI, Bruno Meirelles; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; CORRAR, Luiz João, YAMAMOTO, Marina Mitiyo; MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Um estudo empírico sobre o fim da correção monetária integral e seu impacto na análise das demonstrações contábeis: Uma análise setorial**. São Paulo. 2006.

SANTOS, A. **Pior que decepção! Dá para entender os resultados publicados pelas empresas?** Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços, 36(19), 1-7. 2002.

SANTOS, Ariovaldo dos; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Correção monetária: por uma periodização do uso da ferramenta, de 1944 a 1995. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, p. 334-345, 2014.

SANTOS, Ariovaldo. **Reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis - infelizmente uma lição ainda não aprendida por muitos**. São Paulo: IBRACON. 1999.

SCHALEMBERG, Clarisse Medianeira; SCHUMACHER, Luci Inês. Inflação: Evolução Histórica Da Correção Monetária No Brasil E Seu Impacto Sobre As Informações Contábeis. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 148, 2005.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2 ed. São Paulo. Atlas, 2010.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Vinicius Felix da e MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Efeitos do fim da correção monetária de balanços sobre a qualidade das informações contábeis. 2020**, Anais eletrônicos. São Paulo: EAC/FEA/USP, 2020. Disponível em:

<https://congressosp.fipecafi.org/anais/Anais2020/ArtigosDownload/2426.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SILVEIRA, Daniel; Alvarenga, Darlan. IPCA: inflação oficial fica em 1,16% em setembro e atinge 10,25% em 12 meses. **G1**. Oito de out de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/08/ipca-inflacao-oficial-fica-em-116percent-em-setembro.ghtml>. Acesso em: 24. Fev. 2022.

SOUZA, Wellington Rodrigues Silva et al. Vinte e um anos sem correção monetária no Brasil: Impactos na comparabilidade da informação contábil em empresas siderúrgicas e metalúrgicas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 29, p. 355-374, 2018.

XERPAY. O que são demonstrações contábeis? Conheça os principais tipos. 22 de dez de 2019. **XERPAY**. Disponível em: <https://xerpay.com.br/blog/o-que-sao-demonstracoes-contabeis/>. Acesso em: 24 de jul de 2022.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **The history of inflation recognition in brazil's accounting statement** In:3RD Workshop on accounting in historical perspective. Lisboa: European Institute for Advanced Studies in Management. 2002.